



Bebé raptada na Cidade de Chimoio

Uma bebé com uma semana de vida foi raptada nesta segunda-feira (18) no Centro de Saúde Eduardo Mondlane na Cidade de Chimoio, na Província de Manica.

Texto: Redacção

A raptora aproveitou-se do facto da bebé ter ficado aos cuidados de uma irmã a quem aliciou. “Deu-me 50 meticais para ir comprar refresco, quando voltei a titia já não estava nem a bebé”, relatou desconsolada a adolescente

A mãe da bebé disse ter entrado para ser atendida no Centro de Saúde deixou-a aos cuidados da adolescente.

Cobertura em tempo real sobre pandemia #covid19 #Moçambique @DemocraciaMZ



Taxas, impostos, depreciação do metical e covid-19 condicionam maior redução dos preços dos combustíveis em Moçambique

| PROVÍNCIA DE - NIASSA | GASOLINA | PETRÓLEO | GASÓLEO |
|-----------------------|----------|----------|---------|
| DISTRITO | AUTO | ILUM. | |
| MAVAGO (M) | 77,39 | 56,81 | 18,32 |
| PRECO BASE LICHTINGA | 63,35 | 47,57 | 59,29 |

BOLETIM DA REPÚBLICA
PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Regulamento sobre os Preços de Produtos Petrolíferos

Artigo 1.º
Disposições gerais

Artigo 2.º
Definições

Artigo 3.º
Objeto

Artigo 4.º
Regime

Artigo 5.º
Regime

Artigo 6.º
Regime

Artigo 7.º
Regime

Artigo 8.º
Regime

Artigo 9.º
Regime

Artigo 10.º
Regime

Artigo 11.º
Regime

Artigo 12.º
Regime

Artigo 13.º
Regime

Artigo 14.º
Regime

Artigo 15.º
Regime

Artigo 16.º
Regime

Artigo 17.º
Regime

Artigo 18.º
Regime

Artigo 19.º
Regime

Artigo 20.º
Regime

Artigo 21.º
Regime

Artigo 22.º
Regime

Artigo 23.º
Regime

Artigo 24.º
Regime

Artigo 25.º
Regime

Artigo 26.º
Regime

Artigo 27.º
Regime

Artigo 28.º
Regime

Artigo 29.º
Regime

Artigo 30.º
Regime

Artigo 31.º
Regime

Artigo 32.º
Regime

Artigo 33.º
Regime

Artigo 34.º
Regime

Artigo 35.º
Regime

Artigo 36.º
Regime

Artigo 37.º
Regime

Artigo 38.º
Regime

Artigo 39.º
Regime

Artigo 40.º
Regime

Artigo 41.º
Regime

Artigo 42.º
Regime

Artigo 43.º
Regime

Artigo 44.º
Regime

Artigo 45.º
Regime

Artigo 46.º
Regime

Artigo 47.º
Regime

Artigo 48.º
Regime

Artigo 49.º
Regime

Artigo 50.º
Regime

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 02

Pela primeira vez desde Setembro de 2019 o Governo de Filipe Nyusi reviu os preços dos combustíveis líquidos, são reduções irrisórias de 5,3 por cento no gasóleo e de 3,5 por cento na gasolina tendo em conta quebra em mais de 60 por cento do barril de petróleo. Contudo o @Verdade apurou que os moçambicanos não só estão a pagar por combustíveis importados em Janeiro e Fevereiro mas impostos, taxas e margens de lucro que aumentam em mais de 100 por cento o custo base do produto importado.

Seis novas cadeias de transmissão em Moçambique, “é muito fácil que se estabeleça a transmissão comunitária”

Foram diagnosticados nesta segunda-feira (18) mais oito doentes da covid-19 em Moçambique, elevando para 145 o cumulativo de casos positivos. São seis novas cadeias de transmissão que se juntam às 38 previamente existentes e cuja fonte de infecção ainda não foi determinada, “neste contexto é muito fácil que se estabeleça a transmissão comunitária” alertou o Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde.

Texto: Adérito Caldeira

O Instituto Nacional de Saúde testou mais de duas centenas de amostras suspeitas do novo coronavírus - sete provenientes da Província de Cabo Delgado, quatro da Província da Zambézia, 16 da Província de Tete, 17 da Província de Manica, 34 da Província de Gaza, 58 da Província de Maputo e 115 da Cidade de Maputo -, dentre elas oito revelaram-se positivas.



“Temos oito indivíduos, todos de nacionalidade moçambicana, um apresenta-se sem sintomatologia e sete com sintomatologia leve”, informou a Directora Nacional de Saúde Pública que indicou que o diagnóstico de um doente no Distrito de Marracuene, na Província de Maputo, “um indivíduo do sexo masculino, na faixa etária dos 25 -34 anos de idade. Este indivíduo é um moçambicano regressado da África da Sul e a sua amostra foi colhida no Centro Transitório de Salamanga”.

caram um novo caso positivo na Sede do Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado, “um indivíduo do sexo masculino, na faixa etária dos 15 - 24 anos de idade”.

A Dra. Rosa Marlene revelou a existência de seis novas cadeias de transmissão da pandemia na Cidade de Maputo “três indivíduos do sexo feminino, um faixa etária dos

5 - 14 anos e dois na faixa etária de 15 -24 anos de idade; três indivíduos do sexo masculino, um na faixa etária 15 - 24 anos, um faixa etária dos 25 -34 anos de idade e um acima de 60 anos de idade”.

Sem indicar Distrito Urbano ou bairro onde os novos casos positivos foram diagnosticados o Director Nacional para a Área de

Inquérito e Monitoria de Saúde clarificou que são novas cadeias de transmissão pois “neste momento a investigação epidemiológica decorre, não é possível precisar a fonte de infecção, mas esta situação no bairro populoso é de extrema preocupação para o Ministério da Saúde(...) neste contexto é muito fácil que se estabeleça a transmissão comunitária porque a matriz de interações sociais entre as pessoas tanto em termos de transportes públicos, busca de bens e serviços nos mercados é intensa”.

Além disso o Dr. Sérgio Chicumbe revelou que embora a investigação epidemiológica ainda esteja a decorrer na Sede do Distrito de Palma, onde passaram a existir nove casos positivo, sem que a fonte de infecção tenha ainda sido determinada, “temos algumas hipóteses, que são prematuras ainda avançar, mas é possível que tenham ligação com actividades de obras públicas que tenham acontecido recentemente”.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz

→ continuação Pag. 01 - Taxas, impostos, depreciação do metical e covid-19 condicionam maior redução dos preços dos combustíveis em Moçambique

Desde meados de Março o preço do barril de petróleo caiu abruptamente devido a guerra entre dois dos principais produtores mundiais, da cotação em torno de 60 dólares norte-americanos durante o 2º semestre de 2019 o preço caiu para 24 dólares, tendo no dia 20 de Abril chegado a ser transaccionado em -37,63 dólares.

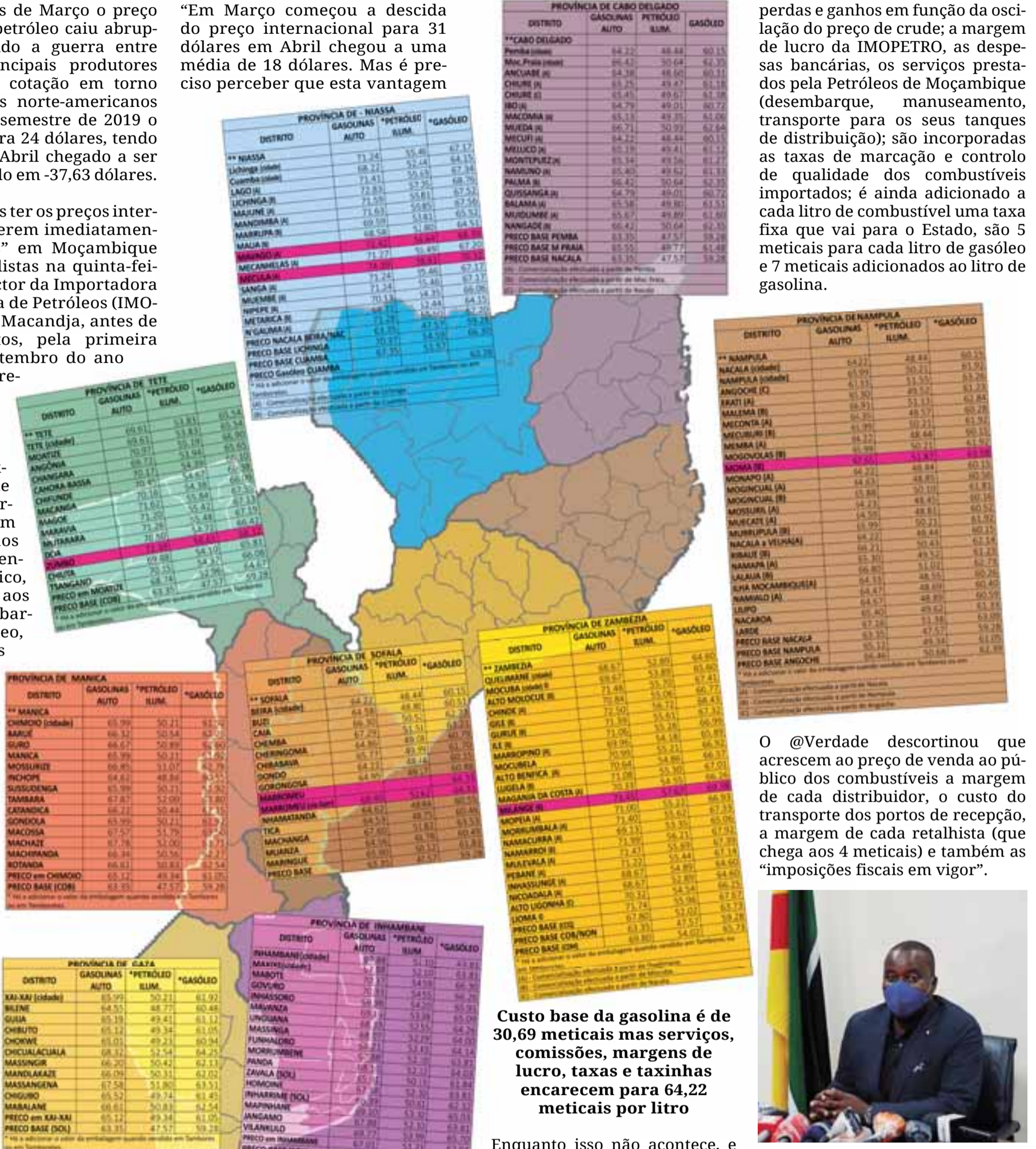
“Nunca vamos ter os preços internacionais a serem imediatamente reflectidos” em Moçambique disse a jornalistas na quinta-feira (14) o director da Importadora Moçambicana de Petróleos (IMOPETRO), João Macandja, antes de serem revistos, pela primeira vez desde Setembro do ano passado, os preços dos combustíveis líquidos.

Macandja explicou que além da normal decalagem de 2 meses nos preços de venda ao público, em relação aos preços do barril de petróleo, o reajustes desta vez foram afectados pela pandemia da covid-19 que reduziu a actividade económica dos principais consumidores e diminuiu o uso dos automóveis.

“Nós temos uma situação que navios que deveriam ter descarregado no mês de Abril e que tem o preço de Março e que por causa desta situação de falta de espaço não descarregaram, com a retracção das vendas há uma situação de não haver espaço para descarregar navios o que significa que nós hoje temos em tanques produto

que tem os preços de Janeiro e os preços de Fevereiro”, argumentou o director da IMOPETRO que recordou que “em Janeiro tivemos o preço do barril com uma média de 63 dólares, tivemos em Fevereiro o barril com uma média de 55 dólares”.

“Em Março começou a descida do preço internacional para 31 dólares em Abril chegou a uma média de 18 dólares. Mas é preciso perceber que esta vantagem



perdas e ganhos em função da oscilação do preço de crude; a margem de lucro da IMOPETRO, as despesas bancárias, os serviços prestados pela Petróleos de Moçambique (desembarque, manuseamento, transporte para os seus tanques de distribuição); são incorporadas as taxas de marcação e controlo de qualidade dos combustíveis importados; é ainda adicionado a cada litro de combustível uma taxa fixa que vai para o Estado, são 5 meticais para cada litro de gasóleo e 7 meticais adicionados ao litro de gasolina.

PROVINCIA DE NAMÍPIA

| DISTRITO | GASOLINAS AUTO | *PETRÓLEO ILLUM | *GASÓLEO |
|---------------------|----------------|-----------------|----------|
| ** NAMÍPIA | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NACALA (cidade) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NAMÍPIA (cidade) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| ANGOCHE (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| KRATI (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MALAMA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MEDONTA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MICOURU (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MENHA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MOGOCUVA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MADIMA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MORRUPA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MOGOCUVA (A) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MOGOCUVA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MOSSURU (A) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MUCATE (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| MURUPUPA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NACALA & VILHANA | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| RIKALI (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NAMAPA (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| LALAU (R) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| ELHA MOCAMBOQUE (A) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NAMALD (A) | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| LUPO | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| NACAROA | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| LARDE | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| PREÇO BASE NACALA | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| PREÇO BASE NAMÍPIA | 64,22 | 48,44 | 60,13 |
| PREÇO BASE ANGOCHE | 64,22 | 48,44 | 60,13 |

O @Verdade descortinou que crescem ao preço de venda ao público dos combustíveis a margem de cada distribuidor, o custo do transporte dos portos de recepção, a margem de cada retalhista (que chega aos 4 meticais) e também as “imposições fiscais em vigor”.



Custo base da gasolina é de 30,69 meticais mas serviços, comissões, margens de lucro, taxas e taxinhas encarecem para 64,22 meticais por litro

Enquanto isso não acontece, e desde o passado dia 14, o preço do gasóleo reduziu de 63,51 para 60,16 meticais por litro, a gasolina baixou de 66,49 para 64,22 meticais. Os preços do petróleo de iluminação, do gás de cozinha e do gás natural veicular mantiveram-se nos anteriores 48,44, 61,23 e 30,35 meticais, respectivamente.

O preço de venda ao público dos combustíveis é composto por quase uma dezena de variáveis, que o @Verdade apurou terem sido revistas a 18 de Novembro de 2019, pelo Decreto nº 89/2019: a primeira é o custo base do produto importado e colocado nos Portos de Maputo, Beira, Nacala e Pemba; a taxa de câmbio metical por dólar; a correcção do preço base que, alegadamente, permite corrigir as

da redução do preço nós não estamos a conseguir absorve-la porque com a redução das vendas o país ficou sem espaço para descarregar os navios quem vem com preço de 31 dólares”, declarou Macandja.

O responsável pela importação de combustíveis em Moçambique prometeu que “quando pudermos descarregar os navios que estão nas águas, que tem preço 31 dólares, aí poderemos ter nos meses seguintes uma redução de maior magnitude”.

“Ainda não fizemos o balanço” de baixas entre Forças de Defesa e Segurança Ministro do Interior

O ministro do Interior declarou ao @Verdade que “ainda não fizemos o balanço” de baixas entre Forças de Defesa e Segurança nas “ações ofensivas e defensivas” realizadas contra o Al Shabab desde o início de Maio e que culminaram com a morte de 50 terroristas. Contudo Amade Miquidade, discursando na Assembleia da República, desdisse sobre o terrorismo na Província de Cabo Delgado, começou por afirmar que “é um problema nacional, deriva de toda uma complexidade de circunstâncias da nossa sociedade” mas também argumentou que são “actos externos que se camuflam como se de problemas internos se tratassem”.

Texto: Adérito Caldeira

Interpelado pelo @Verdade, na passada sexta-feira (15), sobre eventuais baixas que tenham acontecido entre as Forças de Defesa e Segurança e óbitos entre civis nos 12 ataques protagonizados pelo Al Shabab, entre 3 e 13 de Maio, assim como nas “ações ofensivas e defensivas” onde as forças governamentais clamam ter abatido 50 terroristas o ministro Miquidade declarou: “Ainda não fizemos o balanço, foram eventos anteriores e depois foi o evento imediato e ainda não houve balanço”.

Antes, na Sessão de Informações do Governo à Assembleia da República, o titular do Interior não esclareceu como o Governo pensa terminar com o terrorismo que há mais de 2 anos eclodiu na Província de Cabo Delgado. “A questão de Cabo Delgado é um problema nacional, deriva de toda uma complexidade de circunstâncias da nossa sociedade, devemos e apelamos para que todos se apropriem desta problemática como sua, este é um problema de Moçambique, é um problema dos moçambicanos. A complexidade da actuação dos terroristas levou a um redimensionamento da estratégia e dos meios para os combater, aquilo que pareceu um conflito inter-religioso, em algum momento, degenou numa [continua Pag. 04](#) →

Com 36 novas cadeias de transmissão da covid-19 Moçambique está na “transição da epidemia de casos esporádicos para transmissão comunitária”



Sem incluir os dois novos focos diagnosticados neste domingo (17), Moçambique registou na semana epidemiológica de 10 a 16 de Maio mais 42 casos positivos e 36 novas cadeias de transmissão da covid-19 colocando o país perto do cenário mais dramático da doença que dilacera o planeta. “O nosso país está neste momento num processo de transição da epidemia de casos esporádicos para uma epidemia de transmissão comunitária” alertou o Director do Instituto Nacional de Saúde (INS) que acredita que “a janela de oportunidade para evitar a transmissão comunitária ainda existe mas esta janela não será permanente, é preciso intensificar o cumprimento das medidas de prevenção para evitar o pior”.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 04](#) →

137 casos positivos da covid-19 em Moçambique, novos focos nas províncias de Manica e Tete

“O nosso país conta com 137 casos positivos de covid-19, sendo 114 de transmissão local e 23 casos importados”, actualizou neste domingo (17) a Directora Nacional de Saúde Pública que anunciou o surgimento de dois novos focos da pandemia nas províncias de Manica e de Tete.

Texto: Adérito Caldeira

Mais 276 foram realizados no Instituto Nacional de Saúde (INS) dos quais oito revelaram-se positivos para infecção da covid-19. “Sete são de nacionalidade moçambicana e um de nacionalidade zambiana. Gostaríamos de salientar que, cinco casos apresentam-se sem sintomatologia e dois com sintomatologia leve”.

“Destes, com base na sua distribuição geográfica, na Cidade de Maputo tivemos um indivíduo do sexo masculino, de 32 anos de idade, e tivemos também um indivíduo do sexo feminino, de 22 anos de idade, recém regressada da África da Sul, cuja amostra foi colhida no Centro de Trânsito de Salamanga, no Distrito de Matuitine, na Província de Maputo no dia 08 e Maio. Este caso está em isolamento domiciliar, na Província de Inhambane”, precisou a Dra. Rosa Marlene.



Falando em conferência de imprensa a autoridade de Saúde indicou que “das pessoas que testaram positivo provenientes da Província de Ma-

puto temos na cidade da Matola um indivíduo do sexo masculino, de 34 anos de idade, recém regressado da África da Sul, [continua Pag. 04](#) →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.



A verdade em cada palavra.

Email: averdademz@gmail.com

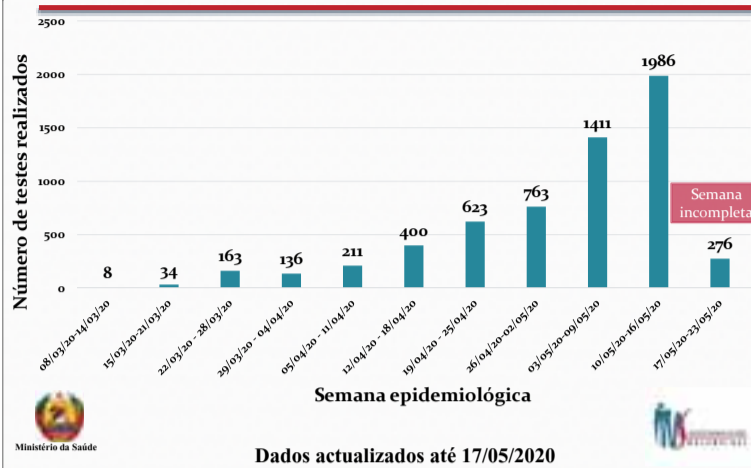
→ continuação Pag. 03 - Com 36 novas cadeias de transmissão da covid-19 Moçambique está na "transição da epidemia de casos esporádicos para transmissão comunitária"

No 52º dia desde do diagnóstico do primeiro caso do novo coronavírus em Moçambique a pandemia parece ter explodido com a identificação de 36 novas cadeias de transmissão cuja fonte de infecção não foi ainda identificada, e apenas nas províncias da Zambézia, Nampula e Niassa não existem doentes. "O nosso país até a semana passada tinha uma epidemia que era baseada em casos esporádicos e agora a Organização Mundial da Saúde classifica Moçambique como tendo uma epidemia baseada em focos de transmissão".

Fazendo a actualização da pandemia, neste domingo (17), o Dr. Ilesh Vinodrai Jani assinou que também estão a mudar, para pior, os padrões de transmissão da covid-19 em África. "Agora temos muitos mais países no nosso continente a verificar transmissão comunitária, eram sete na semana passada e agora são 25 países do nosso continente que verificam transmissão comunitária. Nos países vizinhos a Moçambique já tinhamos a África do Sul mas agora passamos a ter a Zâmbia e a Tanzânia que apresentam também transmissão comunitária".

O Dr. Jani assinalou que "na última semana encontramos 42 casos positivos, este é o maior número de casos numa semana epidemiológica desde o início da pandemia no nosso país (...) Começamos a ter crianças, duas abaixo dos 5 anos de idade, uma no grupo dos 5 aos 9 anos e também começa a aumentar o número de mulheres com casos positivos, isto porque até a semana passada a nossa epidemia era dominada muito pelos casos nos acampamentos

Número de testados por semana epidemiológica (n=6011)

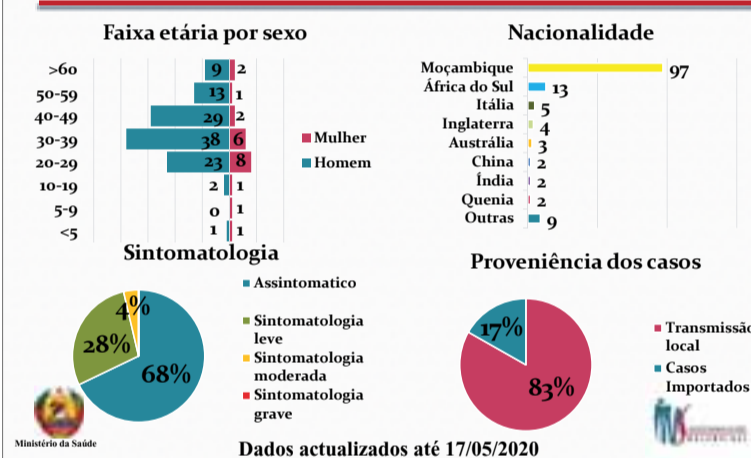


de Afungi (onde trabalham maioritariamente homens) mas agora começamos a verificar cadeias de transmissão fora".

"Na semana epidemiológica que terminou a 16 de Maio verificamos 36 cadeias de transmissão diferentes, contra duas cadeias de transmissão na semana anterior, portanto um aumento sub-

tancial de cadeias de transmissão", alertou o Director do INS que, analisando os dados epidemiológicos, mostrou a sua preocupação o agravamento das cadeias de transmissão detectadas na vigilância activa nas unidades sanitária que passaram de uma para 24, em apenas 1 semana, enquanto os casos importados passou de 9 para somente 11.

Perfil dos casos positivos em Moçambique (n=137)



cuja amostra foi colhida no Centro de Trânsito de Magwaza, no Distrito da Moamba, na Província de Maputo, no dia 10 de Maio de 2020".

"Da Província de Manica temos uma amostra no Distrito de Machaze, trata-se de um indivíduo do sexo masculino, de 35 anos de idade, recém regressado da África do Sul e testado na província de Manica no dia 11 de Maio. Da Província de Tete, na Cidade de Tete, temos um indivíduo do sexo feminino de 25 anos de idade. Na Província de Cabo Delgado, no Distrito de Palma, na localidade de Afungi, temos três indivíduos do sexo masculino de 26, 31 e 57 anos de idade", detalhou a Directora Nacional de Saúde Pública.

O @Verdade apurou que os três novos infectados na Península de Afungi, um deles de nacionalidade zambiana, são todos funcionários da petrolífera Total, elevando o cumulativo trabalhadores da empresa infectados para 78, e foram diagnosticados na re-testagem que foi realizada aos 415 indivíduos que tiveram de permanecer nos acampamentos para assegurar os serviços mínimos no projecto Mozambique LNG.

A Dra. Rosa Marlene esclareceu ainda ao @Verdade o número de



passageiros que entraram em Moçambique num dos últimos voos internacionais comerciais que aterrou no Aeroporto Internacional de Mavalane. "Todos os passageiros do voo da Ethiopian Airlines do dia

8 de Maio foram testados, eram 22, e alguns resultados dos testes já anunciamos".

Dois dos passageiros foram diagnosticados com covid-19 no sábado (16),

próxima evolução seria epidemia com transmissão comunitária", cenário onde para além do aumento de casos positivos poderá ser acompanhado pelo alastramento para um perfil demográfico mais vulnerável que o actual e com casos clínicos que comecem a necessitar de internamento hospitalar.

Diante da insistência do @Verdade o Dr. Ilesh Jani admitiu que "claramente o nosso país está neste momento num processo de transição da epidemia de casos esporádicos para uma epidemia de transmissão comunitária".

Contudo o responsável pelos epidemiologistas moçambicanos acredita que "a janela de oportunidade para evitar a transmissão comunitária ainda existe mas esta janela não será permanente, é preciso intensificar o cumprimento das medidas de prevenção para evitar o pior. Esta acção depende da sociedade como um todo".

→ continuação Pag. 03 - "Ainda não fizemos o balanço" de baixas entre Forças de Defesa e Segurança Ministro do Interior

dimensão de violência. Porque foi através dessa cobertura que estes indivíduos agem de forma cruel, desumana, inaceitável na sociedade humana", disse aos deputados.

Amade Miquidade pediu a colaboração e vigilância de todos os moçambicanos e de uma maneira vaga explicou que "a nossa estratégia consubstancia-se na capacitação, no melhoramento das missões das forças e em tudo o que compõe o dispositivo das Forças de Defesa e Segurança para trazer a paz, para trazer tranquilidade e para garantia de soberania contra estes actos externos que se camuflam como se de problemas internos se tratassem".

"A missão das Forças de Defesa e Segurança é de defender a Soberania, é de proteger a Pátria e é de assegurar que haja ordem e tranquilidade pública, que haja segurança do cidadão. Nenhum titular, nenhum membro das Forças de Defesa e Segurança o é para atingir contra estes princípios, nós não temos conhecimento de qualquer membro das Forças de Defesa e Segurança que esteja a trair a Pátria, os que estiverem não estarão acima da lei, a lei recairá sobre eles, qualquer que seja o indivíduo, nacional ou estrangeiro, que ponha em causa a Soberania e a integridade do nosso país", concluiu o governante.

→ continuação Pag. 03 - 137 casos positivos da covid-19 em Moçambique, novos focos nas províncias de Manica e Tete

Procuradora-Geral da República vai informar que ainda não há culpados pelos empréstimos ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM



Beatriz Buchili vai nesta quarta-feira (20) informar aos deputados da Assembleia da República (AR) que não houve avanços na responsabilização dos membros do Governo de Armando Guebuza que endividaram ilegalmente o Estado em mais de 2 biliões de dólares. Apesar da declaração de nulidade do empréstimo da EMATUM pelo Conselho Constitucional a Procuradora-Geral da República (PGR) não viu nenhuma ilegalidade na reestruturação dessa dívida ilegal pelo Executivo de Filipe Nyusi.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 06 →

SADC solidariza-se formalmente no combate ao Al Shabaab em Moçambique

A Troika de Política, Defesa e Segurança da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) solidarizou-se formalmente com o drama de terrorismo enfrentado por Moçambique e demandou aos seus Estados membros a apoiarem no combate ao Al Shabaab na Província de Cabo Delgado. "Recebemos grande solidariedade e grande encorajamento", declarou o Presidente Filipe Nyusi.

Texto: Redacção

Apesar das medidas de prevenção contra a covid-19 recomendarem o distanciamento social os presidentes de Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia e do Botswana reuniram-se nesta terça-feira (19) em Harare para ponderarem sobre o terrorismo no nosso país e as tensões políticas existentes no Lesotho e no Malawi.

No término do encontro extraordinário a Troika, presidida por Emmerson Mnangagwa, "condenou veementemente os ataques armados e actos de sabotagem perpetrados por terroristas e grupos armados em alguns distritos da Província de Cabo Delgado".

"A Cimeira Extraordinária da Troika do Órgão Mais Moçambique comprometeu-se e instou os Estados-Membros da SADC a apoiar o Governo de Moçambique

na luta contra os grupos terroristas e armados que actuam em alguns distritos da Província de Cabo Del-



gado", refere ainda um comunicado do órgão.

O Norte da Província de Cabo Delgado é assolado por terrorismo desde finais de 2017 perpetrado por grupos armados apelidados pelos locais por

Al Shabaab, embora não tenham nenhuma ligação com o grupo homónimo da Somália.

Falando à jornalista após a cimeira extraordinária o Presidente Filipe Nyusi declarou que o terrorismo co-

meçou "na Tanzânia, depois vieram para nós, entram e saem, e é preciso, com alguma antecipação podermos partilhar as experiências e as realidades e saber que tipos de apoios. Aqui de facto recebemos grande solidariedade e grande encorajamento".

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/averdademz

ANUNCIE AQUI todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com

O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 05 - Procuradora-Geral da República vai informar que ainda não há culpados pelos empréstimos ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM

Mais de 5 anos após abrir o processo sobre os empréstimos inconstitucionais e ilegais contraídos entre 2013 e 2014 pelas empresas Proindicus, EMATUM e MAM a guardião da legalidade vai informar que não houve desenvolvimentos desde a sua ida à Casa do Povo no ano passado.

“O processo correu termos e, finda a instrução contraditória, foi proferido despacho de pronúncia contra os 20 arguidos. No mesmo despacho o tribunal ordenou a prisão preventiva de 9 arguidos que se encontravam em liberdade, perfazendo 19 em prisão preventiva”, dirá Buchili aos deputados da AR acrescentando “Do despacho de pronúncia, 17 réus interpuseram recurso, tendo o processo subido ao Tribunal Superior de Recurso de Maputo, no dia 15 de Novembro de 2019”.

Para além das medidas de coacção (dos arguidos dez

estão em prisão preventiva, um em liberdade provisória mediante caução e nove em liberdade), o Ministério Público conseguiu apreender bens e valores monetários que continuam aquém dos danos causados ao Estado e principalmente ao povo moçambicano.

“(…) Foram apreendidos diversos bens, nomeadamente, 29 imóveis, 25 viaturas de várias marcas e modelos, valores monetários na ordem de 53.101.166,54 meticais, 15.504,52 euros, 110.132,53 dólares norte-americanos. Foram igualmente apreendidas 845 cabeças de gado bovino”, pode-se ler na Informação anual que Beatriz Buchili vai prestar ao Parlamento.

Para a PGR o antigo ministro das Finanças, que assinou as Garantias Soberanas ilegais que possibilitaram os empréstimos, é o único mem-

bro do Governo de Armando Guebuza que pode ser responsabilizado pelo maior escândalo de corrupção da História de Moçambique. “A ausência de Manuel Chang está a prejudicar a celeridade dos processos, assim como o esclarecimento integral dos factos”.

PGR ignora violação de Acórdão do Conselho Constitucional na reestruturação dessa dívida da EMATUM pelo Governo de Nyusi

Detido na África do Sul a pedido das autoridades judiciais dos Estados Unidos da América o antigo ministro das Finanças de Guebuza e ex-deputado do partido Frelimo enfrentou também um pedido para ser devolvido à Moçambique contudo Beatriz Buchili vai esclarecer aos deputados da AR que “considerando que o proces-

so de extradição iniciou em Dezembro de 2018 e, atendendo o lapso de tempo e as implicações negativas sobre os vários processos que correm termos dentro e fora do país, relacionados com as dívidas contraídas com garantias do Estado, solicitamos a retirada dos dois pedidos pendentes nos tribunais sul-africanos, de modo a dar oportunidade ao Ministro da Justiça (da África do Sul) para reanalisar o caso com brevidade e com base nos novos desenvolvimentos”.

“A Procuradoria-Geral da República espera que a retirada dos dois recursos irá concorrer para a celeridade e esclarecimento efectivo do caos, e que os fundamentos apresentados ao Ministro (sul-africano), contribuam para a reanálise do pedido e tomada de decisão favorável”, informará também Buchili que irá reiterar o lamento da falta de cooperação dos Estados

Unidos da América “apesar das inúmeras insistências”, “prejudicando, assim, as investigações e a celeridade que se impõe, contra todos os princípios de colaboração estabelecidos pelas convenções internacionais”.

Entretanto o @Verdade apurou na Informação Anual que a PGR vai apresentar à Assembleia da República que a instituição que deveria ser proteger os interesses dos moçambicanos e do Estado ignorou a reestruturação da dívida ilegal da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) efectuada em Setembro de 2019 pelo Governo de Filipe Nyusi violando o acórdão do Conselho Constitucional que em Junho do mesmo ano declarou “a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM, SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais”.

Um óbito com covid-19 em Moçambique, MISAU esconde primeiro doente internado na Cidade de Maputo

Morreu nesta terça-feira (19) um cidadão moçambicano com covid-19 na Sede do Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado. Na Cidade de Maputo foi internado o primeiro doente com o novo coronavírus, porém o Ministério da Saúde não revela em qual unidade sanitária nem em que bairro o indivíduo reside. Foi ainda diagnosticado o 79º trabalhador da petrolífera Total infectado na Península de Afungi.

Texto: Adérito Caldeira

A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou: “há registo de um óbito, em portador assintomático de covid-19. Trata-se de um indivíduo do sexo masculino, moçambicano, com idade entre 40 e 49 anos, de Palma Sede, diagnosticado no dia 15 de Maio de 2020. O mesmo cumpria isolamento domiciliário, esteve sempre assintomático para qualquer sinal ou sintoma sugestivo de infecção da covid-19”.

“Hoje, por volta das 11 horas, deu entrada na unidade sanitária local inconsciente e o óbito aconteceu poucos minutos depois da sua entrada. O quadro clínico apresentado nas últimas horas sugere que a causa do óbito tenha sido por uma outra patologia e não directamente relacionada a covid-19”, detalhou a Dra. Rosa Marlene.

Este cidadão falecido aos 40 anos de idade, tal como dos outros oito infectados na Sede do Distrito de Palma, terá contraído o novo coronavírus, de acordo com as autoridades de Saúde, em contacto como trabalhadores da construção civil que recentemente realizaram obras públicas naquela região da Província de Cabo Delgado.

Ainda nesta terça-feira (19), “na Cidade de Maputo foi hoje internado um doente portador de infecção de covid-19, trata-se de



um indivíduo do sexo masculino, de nacionalidade moçambicana, com idade compreendida entre 60 e 69 anos, diagnosticado como sendo portador de covid-19 no dia 18 de Maio de 2020. O mesmo encontra-se em observação e cuidados médicos para o diagnóstico final”, informou a Directora Nacional de Saúde Pública que escusou a indicar a unidade sanitária onde o indivíduo foi internado assim como o bairro onde reside.

Este paciente internado faz parte de uma das seis novas cadeias de transmissão da covid-19 diagnosticadas na capital moçambicana num “bairro populoso” não revelado.

A Dra. Rosa Marlene divulgou ain-

da que dos 256 testes realizados no Instituto Nacional de Saúde, e mais nove testados no sector privado, apenas foi diagnosticado mais um novo infectado pela covid-19, elevando para 146 o cumulativo de casos positivos registados em Moçambique, onde 122 são de transmissão local e 24 casos importados.

O mais recente infectado é “um indivíduo de nacionalidade Belga, na faixa etária de 25 à 34 anos e que resulta da re-testagem, dos casos em quarentena, de Afungi. O mesmo não apresenta sintomatologia e encontra-se em isolamento domiciliário na cidade de Maputo”, portanto trata-se do 79º trabalhador da petrolífera Total a ser diagnosticado com covid-19 em Moçambique.

Metical continua a não reagir à injeção de dólares do Banco de Moçambique

Claramente sem reagir à injeção de 500 milhões de dólares feita pelo Banco de Moçambique (BM) no Mercado Cambial Interbancário a moeda moçambicana continua em desvalorização tendo sido cotado ultrapassado a fasquia do 69 meticais por dólar norte-americano.

Texto: Redacção

Uma das primeiras medidas com vista a mitigar os efeitos da propagação da covid-19 no sistema financeiro e na economia foi tomada pelo BM através da “introduzir uma linha de financiamento em moeda estrangeira para as instituições participantes no Mercado Cambial Interbancário, no montante global de 500 milhões de dólares norte-americanos, por um período de nove meses”.

Na altura o dólar estava a ser transaccionado em torno dos 67 meticais e a expectativa do banco central era de criar maior liquidez de divisas nos bancos comerciais para vendê-la aos seus clientes para a realização de importações e dessa forma reduzir a oscilação da taxa de câmbio e ainda promover a estabilidade do preço dos bens e serviços.

No fim da semana passada o dólar ultrapassou a fasquia dos 69 meticais e nesta terça-feira (19), no Banco de Moçambique, foi transaccionado a 69,33 meticais. Nos bancos comerciais o cambio já está acima dos 70 meticais por dólar norte-americano.

A inflação oficial permanece baixa, o “dados recolhidos nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula, ao longo do mês de Abril do ano em curso, indicam que o País registou face ao

mês anterior, uma inflação na ordem de 0,52 por cento”.

“Analisando a variação mensal por produto, destaca-se a subida de preços de veículos automóveis ligeiros em segunda mão (5,4 por cento), da cebola (15,0 por cento), do óleo alimentar (5,8 por cento), de capulanas (3,4 por cento), do carapau (2,5 por cento), de ovos frescos de galinha (12,1 por cento) e do açúcar castanho (7,0 por cento)”, reportou o Instituto Nacional de Estatística que circunscreve a sua recolha de dados ao mercado oficial em áreas urbanas, a maioria dos moçambicanos vive em zonas rurais onde o preço do açúcar castanho, por exemplo, aumento quase 100 por cento.

| MERCADO CAMBIAL BOLÉTIM Nº 026/20 de 2020 | | | |
|---|-------------|--------|--------|
| 1. TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS DE REFERÊNCIA EM METICAIS DO DIA 19 Maio | | | |
| PAÍSES | MOEDAS | COMPRA | VENDA |
| Estados Unidos(a) Dólar 67,97 69,33 | | | |
| 2. OUTRAS TAXAS MÉDIAS (b) | | | |
| 2.1. PAÍSES VIZINHOS | | | |
| 2.1.1. Metical por Unidade de Moeda | | | |
| PAÍSES | MOEDAS | COMPRA | VENDA |
| África do Sul | Rand | 3,73 | 3,80 |
| Botswana | Pula | 5,61 | 5,73 |
| Swazilândia | Lilangeni | 3,73 | 3,80 |
| Maurícia | Rupia | 1,70 | 1,74 |
| Sâmbia | Kwacha | 3,74 | 3,82 |
| 2.1.2. Metical por 1000 Unidades de Moeda | | | |
| PAÍSES | MOEDAS | COMPRA | VENDA |
| Japão | Iene | 631,39 | 643,99 |
| Holanda | Escudo | 92,25 | 95,21 |
| Tanzânia | Shilling | 29,43 | 30,03 |
| Zimbábue | Dólar | 179,82 | 183,82 |
| 2.2. OUTROS PAÍSES | | | |
| 2.2.1. Metical por Unidade de Moeda | | | |
| PAÍSES | MOEDAS | COMPRA | VENDA |
| Braçai | Real | 11,88 | 12,12 |
| Canadá | Dólar | 48,81 | 49,79 |
| China/Offshore | Renemb | 9,55 | 9,74 |
| China | Renemb | 9,56 | 9,75 |
| Dinamarca | Coroa | 9,99 | 10,18 |
| Inglaterra | Libra | 83,20 | 84,86 |
| Boruega | Coroa | 6,81 | 6,94 |
| Suécia | Coroa | 7,04 | 7,18 |
| Suíça | Francos | 69,99 | 71,39 |
| União Europeia | Euro | 74,42 | 75,91 |
| 3. OUTRAS INFORMAÇÕES | | | |
| 1. PRIME RATE - Nova Iorque..... 3,250000 % | | | |
| 2. LIBOR (London Interbank Offered Rate) 6 meses... 0,6281300 % | | | |
| 3. ORO/USD/Onqat | | | |
| Compra..... | 1.734,32400 | | |
| Venda..... | 1.735,60860 | | |
| (a) A taxa média de USD/MEN é apurada às 15h30 com base na informação cambial reportada pelos Bancos Comerciais ao longo do dia. | | | |
| (b) Taxas de câmbio resultantes do cruzamento entre a taxa de câmbio do USD/MEN e do dólar face as restantes moedas no mercado internacional, obtidas através da Reuters. | | | |

Acidentes de viação voltam a aumentar em pleno Estado de Emergência em Moçambique

A Polícia da República de Moçambique (PRM) registou 21 acidentes de viação na 2ª semana do 2º mês do Estado de Emergência em Moçambique, mais cinco do que na semana anterior, que causaram 15 óbitos.

Texto: Redacção

Entre os dias 9 e 15 de Maio a PRM registou mais 21 sinistros rodoviários, dos quais 13 atropelamentos, três choques entre automóveis e igual número de choques envolvendo viaturas e motorizadas, em clara violação das medidas de prevenção da pandemia da covid-19.

Dois dos atropelamentos mortais ocorreram na Estrada Nacional nº 4, uma cidadã de 30 anos de idade foi atropelada mortalmente por uma viatura da marca Toyota, modelo Prado, e na mesma via, no bairro de Tchumene, um homem de também 30 anos de idade perdeu a vida quando atravessava a via.

Nos sinistros, originados pela velocidade excessiva, má travessia de peões e condução sob efeito de álcool, pereceram um total de 15 cidadãos e 22 contraíram ferimentos, onze dos quais em graves.

Aumentam crimes contra a liberdade sexual em Moçambique, PGR considera “problema de saúde pública”



Pelo 4º ano consecutivo aumentaram os crimes contra a liberdade sexual em Moçambique, prestando a 1ª Informação do seu 2º mandato à Assembleia da República a Procuradora-Geral da República enfatizou que “constituem uma grande preocupação para o nosso país e, pela sua natureza, frequência e efeitos, podem ser considerados um problema de saúde pública”. Beatriz Buchili manifestou repugnância para a violação sexual de menores de 12 anos de idade “em que o agressor é alguém com laços de parentesco ou afinidade”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

continua Pag. 08 →

Oito novos infectados na Província de Maputo, 80º trabalhador da Total diagnosticado com covid-19 em Moçambique

A Província de Maputo tornou-se num novo foco da covid-19 em Moçambique com o diagnóstico de oito novos infectados, dois dos quais são crianças e um adolescente. Os restantes dois casos diagnosticados nesta quarta-feira (20), que elevam o cumulativo de casos positivos para 156, estão nas cidades de Xai-Xai e Maputo, este último é o 80º trabalhador da petrolífera Total infectado no nosso país.

Texto: Adérito Caldeira

A Directora Nacional de Saúde Pública actualizou em conferência de imprensa que mais 232 testes, resultantes da vigilância em unidades sanitárias e rastreio de casos suspeitos, foram realizados pelo Instituto Nacional de Saúde, “222 revelaram-se negativos e dez casos, revelaram-se positivos para covid-19”. Todos de nacionalidade moçambicana dos quais, nove com sintomatologia leve a moderada e um sem sintomas.

“Na Província de Maputo, na Cidade da Matola, temos seis indivíduos, sendo quatro do sexo masculino e dois do sexo feminino. Destes, um menor de 5 anos de idade, um na faixa etária de 5 - 14 anos, um na faixa etária de 15 - 24 anos, dois na faixa etária



ria de 25 - 34 anos e um na faixa etária de 35 -44 anos de idade”, descreveu a Dra. Rosa Marlene.

No entanto o Director Nacional

para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde clarificou “que pelo menos sete destes casos estão relacionados a uma cadeia de transmissão, tem uma rela-

ção com um caso anunciado no dia 14 (de Maio), portanto houve uma investigação epidemiológica e estabeleceram-se níveis de risco entre contactos, alguns desses casos são contactos mesmo muito próximos, domiciliários, penso que há dois casos que são contactos domiciliários de um caso reportado no dia 14”.

Contudo o @Verdade apurou que no dia 14 de Maio não foi diagnosticado nenhum caso positivo de covid-19 na Província de Maputo, tendo ficado por esclarecer afinal com qual dos infectados estes novos casos na Cidade da Matola estão relacionados.

Adicionalmente o Dr. Sérgio Chicumbe aclarou que nenhum dos novos

continua Pag. 08 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com



Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com
@verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 07 - Aumentam crimes contra a liberdade sexual em Moçambique, PGR considera "problema de saúde pública"

"Os crimes contra a liberdade sexual constituem uma grande preocupação para o nosso país e, pela sua natureza, frequência e efeitos, podem ser considerados um problema de saúde pública", enfatizou Beatriz Buchilli na Informação que começou a prestar nesta quarta-feira (20) ao Parlamento.

A Procuradora-Geral da República revelou que durante o ano de 2019 "foram instaurados, em todo o país, 2.018 processos, contra 1.843 do ano anterior, verificando-se um aumento de 175 processos", dos quais "foi deduzida a acusação em 1.494 processos, em 366 recaíram despachos de abstenção e 721 encontram-se em instrução preparatória".

"A Província da Zambézia, Cidade de Maputo e a Província de Sofala são as que registaram maior número de processos de crimes contra a liberdade sexual, com 321, 240 e 235, res-



pectivamente" indicou a guardiã da legalidade que destacou o crime "de violação sexual, tendo como principais vítimas mulheres e menores de sexo feminino, com 875 e 678, respectivamente.

No ano passado ocorreram 678 violações de menores de 12 anos, "repugna-nos o facto de continuarmos a registar, no país, casos de violação sexual, em que o agressor é alguém com laços de parentesco ou afinidade com a vítima, como sejam, o pai, avô ou, ainda

peças com alguma proximidade, tal é o caso de professor ou vizinho, propiciando o silêncio, por temor reverencial, vergonha ou medo de represálias".

Beatriz Buchilli referiu, a título ilustrativo, uma violação ocorrida "na Província de Manica, no bairro Vila nova, na Cidade de Chimoio, em Janeiro de 2019, um cidadão de 53 anos de idade, por sinal tio de uma menor de 3 anos, com problemas de saúde, aproveitando-se da ausência dos outros fami-

liares, introduziu-se para o interior da residência e com ela manteve relações sexuais. No processo, com o arguido em prisão preventiva, foi deduzido despacho de acusação e remetido a tribunal, no dia 18 de Maio de 2019, onde aguarda julgamento".

Guardiã da legalidade sugere "profunda reflexão sobre as causas e factores" que contribuem para violações sexuais em Moçambique

A PGR destacou outro caso ocorrido no Distrito de Vilankulo, na Província de Inhambene, em Março de 2019, onde foi descoberto um indivíduo de nacionalidade mauriciana, de 50 anos de idade que no seu tablet tinha "50 imagens e 15 vídeos, retratando actos de violação sexual a menores de idade, que variam entre 8 meses e 7 anos, de nacionalidade moçambicana". O réu foi

condenado a pena de 40 anos de prisão maior.

"Preocupa-nos, ainda, situações em que vítimas do crime de violação, do sexo feminino, que depois de praticado o crime, são mortas e abandonadas nas matas, em lugares ermos ou valas de drenagem, o que demonstra a degradação dos valores morais e sociais, havendo necessidade de unir esforços para resgata-los, através da conscientização e denúncia, com vista a responsabilização dos agressores", declarou Beatriz Buchilli.

A guardiã da legalidade em Moçambique recordou que "Incumbe à família, à sociedade e ao Estado assegurar os direitos fundamentais da criança, especialmente, em situação de vulnerabilidade, garantindo desta forma, a sua protecção e desenvolvimento pleno e integral", e sugeriu "uma profunda reflexão sobre as causas e factores destas infracções".

"Rapto de pessoas é usado como meio fácil de obtenção de dinheiro" Procuradora-Geral da República

Num atípico dia de eficiência policial foram resgatados do cativeiros dois empresários sequestrados na Cidade de Maputo, trata-se de Rizwan Adatia e de Manish Cantilal. "O rapto de pessoas, cometido com violência e com a finalidade de extorsão ou resgate, continua a desafiar os nossos esforços e é usado como meio fácil de obtenção de dinheiro por parte dos criminosos", declarou quase em simultâneo a Procuradora-Geral da República na Assembleia da República.

Texto: Redacção

Foi resgatado nas primeiras horas desta quarta-feira (20), no bairro de Mulotana, no Distrito de Boane, na Província de Maputo, o empresário de nacionalidade indiana Rizwan Nuruddin Adatia, sequestrado no passado dia 30 de Abril no bairro do Fomento, no Município da Matola.

Em conexão com o resgate o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) deteve três jovens, um deles do sexo feminino, que confessaram a sua participação a mando de um "chefe" alegadamente na África do Sul.

A directora do SERNIC na Província de Maputo, Benjamina Chaves, disse a jornalistas que um outro jovem, funcionário "sênior" do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, havia sido detido anteriormente em conexão com o rapto.

Na sequência o Serviço Nacional de Investigação Criminal resgatou ainda nesta quarta-feira (20) um outro empresário que estava

em cativeiro há 92 dias, num dos bairros do Município da Matola, trata-se de Manish Cantilal que revelou ter sido torturado como forma de pressão a sua família a pagar o montante exigido para a sua libertação. Este empresário moçambicano, de ascendência asiática, também conhecido pelo nome de Moniz Carsane já foi indiciado como mandante de pelo menos quatro sequestro na capital moçambicana.

Ironicamente estas operações policiais, que não resultaram na detenção de nenhum mandante dos raptos, aconteceram no primeiro, de dois dias, em que a Procuradora-Geral da República está na Assembleia da República a apresentar a sua Informação Anual sobre a legalidade em Moçambique.

"O rapto de pessoas, cometido com violência e com a finalidade de extorsão ou resgate, continua a desafiar os nossos esforços e é usado como meio fácil de obtenção de dinheiro por parte dos criminosos. Estas redes criminosas que inicialmente actuavam

mais nas Cidade de Maputo, Matola e Beira, tendem a alastrar as suas acções para outras províncias, tais são os casos de Manica e de Tete, sendo os principais alvos agentes económicos e seus familiares, colocando, sempre, a vida da vítima como moeda de troca", afirmou Beatriz Buchilli.

A guardiã da legalidade, que revelou terem sido abertos 15 processos de raptos durante o ano de 2019, seis com despachos de acusação e dez em instrução preparatória, apelou a "uma intervenção enérgica, não só das instituições judiciais, mas também a colaboração dos familiares das vítimas, das estruturas administrativas de base, dos agentes económicos e da sociedade em geral, na denúncia de suspeitas de raptos, pois os locais que, normalmente, são usados como cativeiro, situam-se nos nossos bairros e, a angariação dos valores para o pagamento do resgate, conta, algumas vezes, com o apoio de familiares, amigos ou agentes económicos mais próximos".

→ continuação Pag. 07 - Oito novos infectados na Província de Maputo, 80º trabalhador da Total diagnosticado com covid-19 em Moçambique



diagnosticados na Cidade da Matola está relacionado com a funcionária de uma agência bancária que acusou positivo para o novo coronavírus no passado dia 16 de Maio.

Os restantes casos positivos diagnosticados nesta quarta-feira (20) um está na Província de Maputo, no Distrito de Boane, e é um moçambicano na faixa etária de 25 - 34 anos de idade, e um outro caso diagnosticado na Província de Maputo é uma rapariga na faixa etária de 25 - 34 anos de idade.

Já na Província de Gaza, na Cidade de Xai-Xai, foi identificada uma moçambicana na faixa etária de 45 - 59 anos de idade infectada com o novo coronavírus. O Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde explicou que "não nos parece ter relação com os outros casos (4) existentes naquela província

entretanto ainda decorrem investigações epidemiológicas".

O 10º caso positivo desta quarta-feira (20) é um moçambicano, na faixa etária de 25 -34 anos de idade, está em isolamento no Distrito Municipal de KaMpfumo, na Cidade de Maputo, e é trabalhador da Total, tendo recentemente regressado do acampamento de Afungi num voo comercial das Linhas Aéreas de Moçambique.

"Este caso relacionado a Afungi é do último grupo, nós organizamos a saída em função do grau de risco para infecção, testou-se e retirou-se daquele contexto pessoas de menor risco e as pessoas de maior risco foram retiradas por último. É um caso que mostra carga viral relativamente baixa, em relação com a carga viral que habitualmente vemos com um caso primário", argumentou o Dr. Sérgio Chicumbe.

Pedro Mourana pinta em directo pela rede da Tmcel

No âmbito da implementação das medidas de combate ao novo Coronavírus, que incluem o isolamento social dos cidadãos, o pintor moçambicano Pedro Mourana (PMourana), em parceria com a empresa Tmcel-Moçambique Telecom, vai pintar, no sábado, 23 de Maio, um quadro com uma temática associada à pandemia, que assola o mundo desde Dezembro de 2019.

Texto: www.fimde semana.co.mz

A iniciativa, promovida pela Ritmo e Arte e que vai decorrer das 16 às 19 horas de sábado, será transmitida em directo através das redes sociais (Facebook e Instagram) da Tmcel e do movimento artístico "It's Good to See You at Home".

Durante as três horas de transmissão, os cidadãos terão a oportunidade de acompanhar não só a pintura do quadro, mas também as actuações dos DJs Lelo Santos e Dr. Kapa, bem como do grupo de instrumentistas Mukhosse.

Para o artista, esta iniciativa reveste-se de muita importância porque a arte, neste caso a pintura, estará a ser usada para transmitir esperança ao mundo, em particular aos moçambicanos, na luta contra esta pandemia.

"Estarei a pintar o lado positivo desta situação que estamos a atravessar e acredito que isso terá um efeito, também, positivo nas nossas vidas", adiantou PMourana, que espera que a iniciativa desperte o interesse pela arte no seio do público.

Para a transmissão deste evento, a Tmcel disponibilizou a sua plataforma tecnológica e a sua rede de dados com vista a proporcionar um final de tarde e início de noite de sábado memoráveis.

"Achamos oportuno abraçar esta iniciativa, que vai levar algum entretenimento às pessoas que estão em casa por causa desta pandemia. A Tmcel sempre esteve ligada à arte porque acreditamos que ela (a arte) pode tocar as pessoas. No sábado, poderão ver como o artista se inspira e transforma esta pandemia numa obra de arte", afirmou Felícia Nhama, responsável pela Unidade de Responsabilidade Social e Comunicação Corporativa (URSCC) da Tmcel.

Seis novos casos de transmissão local da covid-19 em Moçambique, mais um trabalhador da Total positivo na Cidade de Maputo



Subiu para 162 o cumulativo de casos positivos da covid-19 em Moçambique, 138 são de transmissão local e existem mais de meia centena de cadeias de transmissão por serem identificadas. Nesta quinta-feira (21) foi diagnosticado o 81º trabalhador da petrolífera Total com o novo coronavírus, após ter saído das instalações na Península de Afungi com um teste negativo.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 10 →

Extradição de Chang para Moçambique é "uma causa do interesse do Estado" diz Beatriz Buchili

A guardiã da legalidade explicou aos deputados da Assembleia da República que a extradição de Manuel Chang para Moçambique é "uma causa do interesse do Estado" pois os Estados Unidos da América (EUA) não tem jurisdição "para esta matéria, para além de não colaborar com as autoridades moçambicanas, e tem os seus próprios interesses", em alusão aos credores da Proindicus, que estão por detrás do caso judicial que deu lugar ao mandato internacional para a detenção do ex-ministro da Finanças que assinou as Garantias Soberanas que possibilitaram as dívidas ilegais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

A questão do deputado do partido Renamo, António Muchanga, foi sobre os honorários, alegadamente altos, pagos pela Procuradoria-Geral da República a advogados sul-africanos que trabalham para impedir a extradição de Chang para os EUA.

"Em relação ao pagamento de honorários e pertinência da extradição de Manuel Chang para Moçambique, ao abrigo da alínea j), do artigo 4, da Lei nº 4/2017 de 18 de Janeiro, compete ao Ministério Público promover a representação do Estado nos processos movidos em tribunais estrangeiros em que este, o Estado moçambicano, seja parte. Essa promoção do Ministério Público efectiva-se desde a nomeação de advogados inscritos no país onde correm termos do processo. É assim que o processo de extradição que corre termos na República da África do Sul e noutros, portanto esse não



é exclusivo, o Estado é representado pelo Ministério Público cuja intervenção, em jurisdições estrangeiras, está sendo feita por via de advoga-

dos inscritos naquela praça", começou por argumentar.

Para a Procu- continua Pag. 10 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

VERDADE

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com
@verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 09 - Seis novos casos de transmissão local da covid-19 em Moçambique, mais um trabalhador da Total positivo na Cidade de Maputo

Seis novos indivíduos foram diagnosticados com covid-19 no nosso país, são moçambicanos, quatro não tem sintomatologia e dois tem sintomas leves anunciou a Directora Nacional de Saúde Pública.

Um caso positivo foi identificado no Distrito de Changara, numa cidadã na faixa etária dos 15 - 24 anos de idade que é um contacto do primeiro caso diagnosticado no passado dia 17 de Maio na Província de Tete, numa mulher de 25 anos que não tem histórico de viagens para o exterior, nem para fora da província, e também não teve contacto com ninguém proveniente da Província de Cabo Delgado.

No epicentro da covid-19 em Moçambique foram diagnosticados três novos casos positivos, na Sede do Distrito de Palma, todos na faixa etária dos 25 - 44 anos de idade.

Ainda nesta quinta-feira (21)

→ continuação Pag. 09 - Extradicação de Chang para Moçambique é "uma causa do interesse do Estado" diz Beatriz Buchili

radora-Geral da República o caso em concreto "trata-se de uma causa do interesse do Estado que não pode ser reduzida a mera quantificação económica imediata, pois impõe-se a realização da Justiça que é um dos bens jurídicos supremos da nossa sociedade".

Beatriz Buchili disse que com a extradição de Manuel Chang, julgamento e eventual condenação em Moçambique o Estado será ressarcido pelos prejuízos causados e serão "igualmente contabilizados, para efeitos de indemnização à favor do Estado todas as despesas realizadas nos âmbitos das investigações, pagamento de honorários, entre outros, procedimento este que será seguido igualmente neste caso".

"Podemos citar, a título de exemplo, os dois processos movidos contra o Estado moçambicano no estrangeiro cujas decisões foram favoráveis. Se a nossa intervenção em defesa do Estado tivesse sido em função dos honorários eventualmente não avançávamos com as contestações o que poderia conduzir o Estado moçambicano a uma eventual condenação injusta e o consequente desembolso de elevadas quantias. A nossa intervenção naqueles processos permitiu o esclarecimento dos factos, coligir os elementos probatórios, o que culminou com as duas decisões à favor do Estado moçambicano por via da absolvição e isenção que quaisquer pagamentos que eram exigidos pelos autores", vangloriou-se Beatriz Buchili.

A guardiã da legalidade apelou "deve haver coerência no tratamento deste assunto porquanto, se por um lado exige-se o esclarecimento integral do processo judicial relativo a contratação da dívida, por outro é necessário considerar que esse esclarecimento passa pela responsabilização de todos os indivíduos envolvidos, incluindo de Manuel Chang, só pode acontecer com a extradição deste para Moçambique".



foram identificados dois novos doentes na Cidade de Maputo. Um cidadão na faixa etária dos 25 -34 anos de idade, testado na vigilância activa numa unidade sanitária, e uma mulher na faixa etária dos 35 - 44 anos de

idade que regressou há poucos dias das instalações da petrolífera Total na Península de Afungi.

O @Verdade apurou que a cidadã cumpriu quarentena na Província de Cabo Delga-

do, fez um teste que teve resultado negativo, viajou para Cidade de Pemba e depois para a Cidade de Maputo, em voos das Linhas Aéreas de Moçambique, e estava a terminar a quarentena de 14 dias quando fez o teste que teve resultado positivo.

Seis doentes na Província de Gaza

"Em Afungi foi feito um plano de saída que se baseou na classificação de risco de grupos de profissionais, significa que os últimos a saírem estiveram, provavelmente, mais expostos a aquele conglomerado de alta transmissão, e este é um caso positivo dentre os últimos a saírem. Quando é que foi a exposição específica deste indivíduo é difícil de precisar, mas teve um teste positivo para poder sair, sem que com isso se tivesse anulado que estivesse exposto à transmissão. Um teste feito imediatamente após a exposição pode ser

negativo devido ao tempo de incubação e a existência do vírus nas secreções pode não ter passado de forma suficiente para a amostra para que o teste desse positivo", explicou o Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde.

Apesar de estar a transportar casos suspeitos, e potenciais casos assintomáticos, como são os da cidadã diagnosticada em Maputo e de outro funcionário da Total que também testou positivo no dia 20 de Maio, o @Verdade sabe que as Linhas Aéreas de Moçambique continuam sem realizar testes de covid-19 às suas tripulações.

Entretanto as autoridades de saúde revelaram que na Província de Gaza afinal existem seis doentes, dois na Cidade de Xai-Xai, um no Distrito de Chongoene, um no Distrito de Limpopo, outro no Município do Chókwè e mais um no Município de Mandlakazi.

PGR esclarece "nulidade proferida pelo Conselho Constitucional não afecta directamente" dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM

A Procuradora-Geral da República deixou claro aos moçambicanos "que a declaração de nulidade proferida pelo Conselho Constitucional não afecta directamente, e reitero directamente, os contratos celebrados com base em Direito internacional", em alusão aos contratos de financiamento das empresas Proindicus, EMATUM e MAM, e por isso o Governo de Filipe Nyusi pode, e deve, continuar a pagar as dívidas inconstitucionais e ilegais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

Após ignorar, na Informação Anual que prestou na quarta-feira (20), a reestruturação realizada em 2019 pelo Executivo de Nyusi da dívida ilegal da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) após o Conselho Constitucional declarar "a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela EMATUM, SA, e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo, em 2013, com todas as consequências legais", a Beatriz Buchili explicou que não há violação do Acórdão.

"Temos a plena consciência de que as decisões do Conselho Constitucional são de cumprimento obrigatório, logo qualquer seu incumprimento de quem quer que seja suscita a acção do Ministério Público, órgão ao qual compete zelar pela observância da legalidade e fiscalizar o cumprimento da Constituição, das leis e demais normas", começou por declarar.

A guardiã da legalidade disse que "Sobre a sugestão de que o Governo esteja a faltar ao cumprimento do referido Acórdão o nosso entendimento, Excelências, radica em quatro aspectos fundamentais. O Acórdão pronunciou-se sobre actos que vinculam o Estado a duas ordens jurídicas distintas, designadamente a moçambicana, atenta a qualidade dos sujeitos que a praticaram, e a inglesa, atendendo os termos contratuais se-



gundo os quais a lei aplicável é inglesa e o foro competente para conhecer os litígios daí decorrentes também é inglês".

"Segundo, o Acórdão do Conselho Constitucional não tem força vinculativa na ordem jurídica inglesa, a outra ordem a qual o Estado se encontra vinculado por força dos contratos de financiamentos de que prestou Garantia. Três, a responsabilidade do Estado assumida à luz da lei inglesa mantém-se perante credores de boa fé, isto é aqueles que não sabiam nem podia prever que os actos praticados pelos agentes que vincularam o Estado eram ilegais. Quarto, entretanto, determinada na ordem interna a nulidade dos actos pra-

ticados pelos servidores, porque inconstitucionais ou ilegais, o acto contínuo o Estado deve assacar a devida responsabilidade a aqueles que praticaram esses actos ilegais", argumentou.

Pagar EMATUM é legal e também deverá ser amortizar dívidas da Proindicus e MAM

A Procuradora-Geral da República explicou ainda que "o Estado devidamente representado pelo Ministério Público avançou com a instauração de processo crimes contra os servidores e agentes suspeitos e os seus associados, uma acção para responsabilização financeira dos servidores e agentes do Estado que

praticaram os referidos actos junto do Tribunal Administrativo, acções cíveis em Londres visando, por um lado, a declaração de nulidade também naquela jurisdição dos empréstimos e das Garantias emitidas, e por outro, a reparação dos danos causados ao Estado. Continuaremos atentos para, quando necessário, levar a cabo quaisquer outras acções que melhor protejam o Estado moçambicano e resgatar a sua reputação no plano internacional".

"Importa deixar claro que é princípio do Direito internacional que nenhum Estado pode evocar o seu Direito interno para eximir-se da responsabilidade decorrente de contratos celebrados no contexto internacional, significa isto que a declaração de nulidade proferida pelo Conselho Constitucional não afecta directamente, e reitero directamente, os contratos celebrados com base em Direito internacional", deixou claro Beatriz Buchili.

Portanto a Procuradora-Geral da República continua sem conseguir responsabilizar ninguém pelas dívidas inconstitucionais e os moçambicanos têm de pagar 1,8 bilião de dólares norte-americanos aos credores da EMATUM e, é muito provável, que venham também a ser obrigados a pagar os empréstimos ilegais da Proindicus e Moçambique Asset Management (MAM).

PGR arrasa Sociedade Civil que advoga extradição de Chang para os EUA, onde está o “sentido patriótico e de soberania moçambicana”

No início do seu 2º e último mandato Beatriz Buchili passou ao ataque e nesta quinta-feira (21) arrasou com as organizações da Sociedade Civil que tem feito campanha, nacional e internacional, para que o antigo ministro das Finanças que assinou as dívidas ilegais seja extraditado para o Estado Unidos da América (EUA), onde as autoridades judiciais deixaram claro que não tem jurisdição sobre o caso. Na plenária da Assembleia da República a Procuradora-Geral da República questionou onde está o “sentido patriótico e de soberania moçambicana”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

Após clarificar os motivos pelos quais o Ministério Público está a empenhado e vai continuar “a envidar esforços para que Manuel Chang seja extraditado para Moçambique, para o esclarecimento do processo da dívida pública”, a guardiã da legalidade passou ao ataque: “É curioso ainda que tenhamos activistas moçambicanos que se manifestam aqui, mas estão também em outras jurisdições à favor de uma outra decisão das autoridades daquele país e nada fazem, por exemplo, para persuadir aqueles países a cooperarem com as autoridades moçambicanas nos termos das leis e das convenções internacionais, e não só activistas, até deputados temos”, em alusão aos Estados Unidos da América, Reino Unido e África do Sul.

“Será que o interesse destes compatriotas é mesmo ver esclarecido o caso e ver o Estado moçambicano ressarcido? Ademais, esses mesmos compatriotas não são capazes de fazer a mesma pressão aos países em que solicitamos informações há sensivelmente 2 anos para alimentar os processos em curso nas nossas instituições judiciárias garantindo-se desta forma a celeridade e a justiça que como sociedade moçambicana todos clamamos”, questionou.



A Procuradora-Geral da República desmascarou a falácia de organizações como o Fórum de Monitoria do Orçamento e o Centro de Integridade Pública, “estes compatriotas continuam a divulgar que os Estados Unidos tem jurisdição e que o nosso processo foi instaurado à posteriori, quando na verdade o que tudo indica é que o processo americano foi instaurado e alimentado com base em elementos contidos nos pedidos

de cooperação nos fóruns a que nos submetemos no âmbito da instrução preparatória do nosso processo, através do Relatório da Kroll que foi o Ministério Público moçambicano quem o fez, e nós não publicamos o relatório definitivo porque o processo ainda continua em instrução preparatória”.

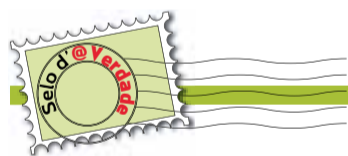
“Paradoxalmente estes activistas exigem celeridade no esclarecimento do processo em

Moçambique, será que estamos todos comprometidos com o esclarecimento célere deste caso que tem impacto muito grande para o povo moçambicano? No nosso entender, Excelências, o exercício da cidadania no caso em apreço, traduzir-se-ia numa pressão no sentido da presença do arguido Manuel Chang e dos elementos solicitados às jurisdições estrangeiras na justiça moçambicana, para garantir a sua responsabilização, nos ter-

mos da nossa lei”, sugeriu Beatriz Buchili.

A guardiã da legalidade questionou: “Onde está o nosso sentido patriótico e de soberania moçambicana, qual é a nossa contribuição como cidadãos moçambicanos no fortalecimento das instituições do nosso país? As mesmas organizações que evocam falta de credibilidade das instituições judiciais moçambicanas submetem ao mesmo tempo pedidos ao Conselho Constitucional que foram deferidos à favor das suas pretensões e já não contestam a credibilidade deste órgão judiciário moçambicano, claramente estamos perante uma grande incongruência”.

De acordo com a Procuradora-Geral da República se a decisão da Justiça da África do Sul “for no sentido de extraditar Manuel Chang para os Estados Unidos, o mesmo poderá ser restituído à liberdade a semelhança de Jean Boustani (acusado de arquitectar um esquema fraudulento em torno das dívidas ilegais mas que foi declarado inocente nos EUA) e desta forma enfrentamos as mesmas dificuldades com que nos deparamos na responsabilidade deste, comprometendo, ainda mais, a celeridade processual”.



Governo revoga decreto que fixa taxas absurdas para comunicação social

O MISA-Moçambique congratula-se com a decisão do Conselho de Ministros de revogar o Decreto n.º 40/2018, de 23 de Julho, que fixa taxas e multas devidas pelos serviços de licenciamento, renovação, averbamento, encartes publicitários pelos serviços de imprensa escrita, radiofónica, televisiva, incluindo nas plataformas digitais, assim como de acreditação e credenciamento de jornalistas e correspondentes nacionais, estrangeiros e colaboradores autónomos, em Moçambique.

Trata-se de um Decreto aprovado pelo Governo, sem uma prévia consulta junto dos órgãos de informação,

das organizações do sector de comunicação social e dos próprios jornalistas.

A 14 de Agosto do ano passado, organizações da sociedade civil, representantes de empresas de comunicação social e jornalistas, nomeadamente o MISA-Moçambique (capítulo moçambicano do Instituto de Comunicação Social da África Austral), Associação das Empresas Jornalísticas, Fórum Nacional das Rádios Comunitárias, Centro de Integridade Pública, Ordem dos Advogados de Moçambique e o Comité de Emergência para a Protecção das Liberdades Fundamentais, submeteram, sob patrocínio jurídico do

Digníssimo Provedor de Justiça, uma petição de declaração da inconstitucionalidade do referido decreto.

Na mesma ocasião, além de apelar à sua revogação pelo Governo, o grupo defendeu que o decreto violava uma série de direitos fundamentais, tais como a Liberdade de Imprensa, a Liberdade de Expressão e o Direito à Informação, como também colocava em risco a sobrevivência dos órgãos de comunicação social, com maior gravidade para a comunicação social comunitária, que tem servido de voz para as comunidades, e em muitos casos o único meio de informação disponível ao nível dessas

mesmas comunidades.

O MISA apelou, na altura, aos jornalistas, às empresas de comunicação social, activistas e organizações cívicas amigas da liberdade de imprensa a empreenderem esforços na luta pela protecção das liberdades de expressão e de imprensa, assim como a estabelecerem contactos permanentes para todas as situações que surgissem no contexto do Decreto 40/2018.

O MISA-Moçambique considera que a decisão do Governo representa um reconhecimento da legitimidade destas preocupações, feitas no quadro do Estado de Di-

reito Democrático e em defesa dos princípios do pluralismo e da diversidade no sector da comunicação social em Moçambique.

O MISA-Moçambique aproveita esta oportunidade para manifestar a sua disponibilidade em colaborar, no que for necessário, para a prevalência de um ambiente de liberdade no país, permitindo que os cidadãos continuem a ter acesso a uma informação diversificada de qualidade disponibilizada por múltiplos canais, e sempre em obediência à lei e respeito pela dignidade dos cidadãos.

Por MISA-Moçambique

Cidade de Vilankulos com menos dinheiro do Orçamento de Estado do que a Vila de Vilankulos

A recém elevada à categoria de Cidade de Vilankulos tem menos 11,6 milhões de meticais para o seu funcionamento e investimentos em 2020 do que teve a Vila de Vilankulos no ano passado.

Texto: Adérito Caldeira

No passado dia 25 de Fevereiro o Conselho de Ministros decidiu elevar à categoria de Cidade a Vila de Vilankulos pela necessidade de adequar "ao seu actual estágio de desenvolvimento económico, social e cultural e ao número de habitantes".

Contudo o mesmo Governo no momento de alocar as verbas para o funcionamento e investimentos naquela que será a terceira cidade da Província de Inhambane, parece ter ignorado os pressupostos que nortearam a transformação da Vila em Cidade de Vilankulos.

O @Verdade descortinou que em 2019 a Vila de Vilankulos recebeu uma dotação orçamental de 28,8 milhões de meticais para as suas despesas gerais de funcionamento porém a Cidade de Vilankulos só tem 21,8 milhões para funcionar durante o ano corrente.

No ano passado a Vila de Vilankulos recebeu 15,4 milhões de meticais para investimentos enquanto a Cidade de Vilankulos apenas tem no Orçamento de Estado de 2020 pouco mais de 10 milhões como "Investimento de Iniciativa Autárquica" cuja fórmula de cálculo é determinada, por lei, pela número de habitantes que, por exemplo, aumentou.

| República de Moçambique Ministério da Economia e Finanças SISTAFE | | | | | | |
|---|--|-----------|--------------------------|------------|---------|------------------|
| Orçamento do Estado para o Ano de 2020 | | | | | | |
| Despesa de Nível Autárquico - Inhambane | | | | | | |
| Despesa Segundo a Célula Orçamental | | | | | | |
| Unidades: 10 ³ MT | | | | | | |
| Acção Orçamental | | Grupo CED | | Componente | | Valor |
| Código | Designação | Código | Descrição | Interna | Externa | |
| 90100341 | VILA DE VILANKULOS | | | | | |
| 000-0000-0F00 | DESPEAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO | 14 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | | | 21.774,50 |
| Total Despesa de Funcionamento | | | | | | 21.774,50 |
| VVL-2005-8003 | INVESTIMENTO DE INICIATIVA AUTARQUICA - VILA VILANKULO | | | 10.887,25 | | 10.887,25 |
| Total Despesa de Investimento | | | | | | 10.887,25 |
| Total Geral | | | | | | 32.661,75 |

| República de Moçambique Ministério da Economia e Finanças SISTAFE | | | | | | |
|---|--|-----------|--------------------------|------------|---------|------------------|
| Orçamento do Estado para o Ano de 2019 | | | | | | |
| Despesa de Nível Autárquico - Inhambane | | | | | | |
| Despesa Segundo a Célula Orçamental | | | | | | |
| Unidades: 10 ³ MT | | | | | | |
| Acção Orçamental | | Grupo CED | | Componente | | Valor |
| Código | Designação | Código | Descrição | Interna | Externa | |
| 90100341 | VILA DE VILANKULOS | | | | | |
| 000-0000-0F00 | DESPEAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO | 14 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | | | 28.846,24 |
| Total Despesa de Funcionamento | | | | | | 28.846,24 |
| VVL-2005-8003 | INVESTIMENTO DE INICIATIVA AUTARQUICA - VILA VILANKULO | | | 15.366,75 | | 15.366,75 |
| Total Despesa de Investimento | | | | | | 15.366,75 |
| Total Geral | | | | | | 44.212,99 |

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com



Covid-19 e o tpc para o desporto em Moçambique

A pandemia do coronavírus (COVID-19) obrigou as autoridades mundiais no geral, e as moçambicanas em particular, a tomarem medidas como forma de controlar, conter e combater a propagação da doença, medidas essas que afectaram vários sectores de actividades, dentre eles, o sector cultural do qual o desporto faz parte. Neste contexto, os cuidados contra o avanço e os impactos negativos do vírus mudaram o mundo. Assim, como uma das consequências a pandemia do COVID-19 causou uma interrupção no calendário desportivo mundial de 2020.

A maior parte dos eventos desportivos mundiais, senão todos, foram cancelados ou adiados, tais como: os Jogos Olímpicos de 2020, o Campeonato Mundial de Atletismo de 2020, o EURO 2020, o Campeonato de Meia Maratona Mundial de 2020, A Wanda Diamond League de 2020, a Fórmula 1 de 2020, o Campeonato Mundial de Moto GP e a Liga Africana de Basquetebol, entre outros eventos desportivos.

Diante deste cenário, para uma incerteza em relação a

realização da maior prova de futebol do continente africano de 2021 prevista para decorrer entre os dias 9 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2021, sendo que a mesma pode vir a ser adiada para 2022 caso a crise do COVID-19 prevaleça, devido as incertezas no que se refere à viabilidade de sua realização devido aos riscos decorrentes da pandemia.

Em Moçambique o desporto é, como se sabe, um fenómeno polissémico e uma realidade polimórfica, por isso a indústria do desporto é o mercado no qual os produtos oferecidos aos compradores relacionam-se ao desporto fitness, de recreação ou lazer. Igualmente, como se sucede na esfera mundial, a época desportiva no país foi adiada, e algumas actividades suspensas devido ao Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República, como forma de mitigar a evolução do vírus a nível nacional.

Como o desporto sobreviverá?

O TPC para as federações des-

portivas, ligas de clubes e clubes desportivos

Conforme referido, a época desportiva moçambicana está paralisada, isso afecta directamente aos clubes, jogadores e treinadores, pois a maioria dos clubes dependem da receita das bilheteiras para suprir algumas necessidades do seu funcionamento, como por exemplo, o pagamento dos salários, subsídios aos colaboradores, manutenção das infraestruturas, entre outras despesas. Os clubes com menor dimensão e expressão financeira, maior parte destes do Centro e Norte do país, são os mais afectados. Assim, a sobrevivência destes clubes e de todos os envolvidos dependerá da:

- Redução de salários (acordos com todos os envolvidos para a redução de salários até a próxima época);
- Suspensão de prémios de jogos e contractos;
- Empréstimo bancário (negociações para bonificações especiais, com envolvimento do governo);
- Comparticipações das federações desportivas nacionais em despesas directas aos clubes.

Que oportunidade o COVID-19 pode nos dar?

Como é sabido o calendário desportivo nacional, do ponto de vista organizacional não está alinhado com o de muitos outros países africanos em particular, e do mundo no geral, que muitas das vezes tem sido associado aos maus resultados internacionais e a fraca competitividade.

Deste modo, a nível organizacional o COVID-19 pode dar-nos a oportunidade da transição ou mudança da época desportiva, o que vai possibilitar o alinhamento com os outros campeonatos e a exploração das datas oficiais dos jogos das selecções nacionais estabelecidas pelas respectivas federações desportivas internacionais (FDI).

Do ponto de vista técnico, a nossa época desportiva tem a duração de 7 à 8 meses e com férias desportivas de 3 à 5 meses, diante da pandemia teríamos a possibilidade de arrancar com a época em Agosto de 2020 e terminar em Maio de 2021, tendo 10 meses de competições, 1 mês de férias, e 2 meses de pré-época, o que se configura como

uma chance para a migração e profissionalização do desporto em Moçambique.

Do ponto de vista financeiro, as entidades desportivas no país, demonstram grandes problemas de autossustentabilidade e transparência na gestão de fundos devido à falta de disciplina financeira, que resulta no atraso de pagamento dos salários de jogadores, treinadores e funcionários não desportistas e dívidas com fornecedores, assim a pandemia pode abrir espaços para a busca de outras formas de financiamentos para as actividades nas diversas entidades desportivas nacionais.

Portanto, o COVID-19 pode abrir espaços, neste período de confinamento, para a modernização e profissionalização do desporto, o que possibilitaria a abertura para exploração das diversas formas de financiamento, contribuindo desta forma para maior adesão aos recintos desportivos e na melhoria da competitividade desportiva.

Saudações desportivas

Por **Bernardino "Guy" Armindo**

Nyusi ameaça “próximos 15 dias são decisivos, para determinarmos qual será a nossa forma de estar depois do fim” do Estado de Estado de Emergência

Fazendo o balanço de meio termo do 2º mês do Estado de Emergência e diante do incumprimento das medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus em Moçambique, o Presidente Filipe Nyusi ameaçou: “os próximos 15 dias são decisivos, para determinarmos qual será a nossa forma de estar depois do fim do período desta segunda etapa da emergência decretada, que termina no dia 30 de Maio”. No entanto o Chefe de Estado autorizou o regresso aos treinos dos atletas em preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio... que foram adiados para 2021.

Texto: Redacção

“Embora todos os sub-sistemas de educação não estejam a leccionar na forma presencial, o impacto esperado da implementação desta medida não se cumpre adequadamente, observando-se aglomerados de crianças a brincar na rua, nos mercados e nos transportes públicos, sobretudo nas horas de ponta”, começou por avaliar Nyusi numa Declaração à Nação nesta sexta-feira (15).

O Presidente da República (PR) assinalou que “Com o aumento do número de casos de COVID-19 e como consequência do número de pessoas em quarentena/isolamento domiciliário, aumenta igualmente o número de pessoas que violam a quarentena e/ou o isolamento domiciliário” e apresentou dados relativos a limitação da circulação interna de pessoas que mostram “uma tendência de não cumprimento das medidas inerentes ao encerramento das aulas e da implementação da rotatividade laboral nos Serviços Públicos e Privados. Mais ainda, estes dados indicam uma tendência de retorno à

mobilidade normal, contrariando a recomendação de estar em casa”.

“A não observância do cumprimento das medidas de forma individual e colectiva tem estado a facilitar o alastramento da pandemia no país. A prevenção desta doença tem responsabilidade partilhada, pois se o outro não observa as medidas pode prejudicar o próximo, diferentemente de algumas doenças em que a responsabilidade individual tem o maior peso. Volvidas duas semanas depois da prorrogação do Estado de Emergência, a não observância do cumprimento das medidas frustra a expectativa dos moçambicanos, o que poderá forçar o Governo a decretar, nos próximos tempos, medidas mais duras e apertadas que as actuais que, por si só, também não se demonstram fáceis para todos nós”, avisou o PR.

Nyusi ameaçou: “Permitam-me afirmar que os próximos 15 dias são decisivos, para determinarmos qual será a nossa forma de estar depois



do fim do período desta segunda etapa da emergência decretada, que termina no dia 30 de Maio” e deu instruções “as autoridades policiais a todos os níveis e a segurança das instituições reconhecidas são exigidas a intensificar a fiscalização da via pública e trabalharão com vista ao cumprimento

das medidas decretadas no âmbito do Estado de Emergência”.

No entanto o Chefe de Estado decidiu “excepcionalmente (...)o regresso aos treinos, dos atletas de alto rendimento e respectivos treinadores que estejam em preparação para os jogos olímpicos, no-

meadamente: vela e canoa-gem, boxe, voleibol de praia, judo, taekwondo, atletismo e natação. Todos no âmbito dos Jogos Olímpicos de Tóquio”. Uma decisão que aparenta ser precipitada afinal a maior competição desportiva do planeta foi adiada de Julho deste ano para 2021 em data ainda não marcada.

Divulgação

Ministro da Indústria e Comércio avalia medidas de prevenção da covid-19 na Província de Cabo Delgado

O Ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita efectuou, recentemente, uma visita de trabalho à província de Cabo Delgado para monitoria das acções do sector que dirige, bem como fazer a avaliação do cumprimento das medidas de prevenção da pandemia COVID-19, no âmbito do Decreto Presidencial 11/2020 que declara o Estado de Emergência em todo o país.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Na província de Cabo Delgado, Mesquita deslocou-se aos distritos de Mueda, Nanjua e Ancuabe, onde visitou o complexo de silos e uma indústria de produção de cimento e ainda uma empresa de produção de frangos e ovos, na cidade de Pemba.

Em Mueda, além de visitar os estabelecimentos comerciais, o governante manteve encontros separados com agentes económicos e os órgãos locais, tendo feito a entrega de um túnel para pulverização, montado no centro da vila, bem como de insumos agrícolas avaliados em cerca de 570 mil metcais, pro-

ductos de higienização avaliados em cerca de dois milhões de metcais, em resultado de apoio de parceiros.

Falando na ocasião, em representação do Conselho Empresarial do distrito de Mueda, o agente económico Mamudo Irache disse que, com a queda da ponte sobre o Rio Montepuez em Dezembro último e as chuvas intensas que caíram durante o período de Outubro de 2019 a Abril de 2020, aliadas ao surgimento da pandemia da COVID-19, o comércio em Mueda ficou seriamente afectado, mas com a resposta imediata que o Governo deu, o

sector começa a revitalizar-se.

Segundo Mesquita, Mueda é um dos distritos que se encontra numa situação de isolamento parcial, face à tensão que se vive na província de Cabo Delgado em resultado das acções dos terroristas, por isso mereceu especial atenção nesta visita.

“Na busca de soluções para mitigar o sofrimento da população nesta zona, o Governo tomou medidas para garantir o abastecimento de produtos essenciais usando como alternativa a via Montepuez, Mueda”, disse.

“Durante a nossa visita aos

estabelecimentos comerciais, constatamos um semblante de esperança por parte dos agentes económicos e da população. E isso tem a ver com o nível de investimento que está a ser feito no sector comercial na mobilização de stocks de diversas mercadorias e o movimento comercial que tem vindo a acontecer face à reabertura das operações dos bancos comerciais” acrescentou o ministro.

No último dia da visita à província de Cabo Delgado, Carlos Mesquita interagiu com o Conselho Empresarial Provincial a quem, para além de abordar as medidas de mitigação da

COVID-19 para minimizar os impactos e assegurar o funcionamento das empresas, apelou ao reforço das medidas de prevenção e ao combate da pandemia.

“Estamos preocupados com o que vimos nesta cidade e não só. Parece que as pessoas não entenderam ou não acreditam que estamos num período de emergência. Vimos muitas crianças na rua, pessoas sem máscaras e a não observância das medidas de distanciamento social. Por isso, pedimos a colaboração de todos para que este vírus não se alastre”, acrescentou.

Grupo Standard Bank cria fundo para empresas de mulheres em África

Com vista a impulsionar empresas africanas de gestão de activos, pertencentes e administradas por mulheres, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e o Grupo Standard Bank criaram, recentemente, um fundo de impacto inovador que fornecerá capital e experiência às candidatas aprovadas.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O Women Leadership Fund Initiative (AWLF) é o primeiro do género ao nível do continente africano e visa angariar até 1 bilião de dólares norte-americanos para mulheres gestoras de fundos, que, por sua vez, investirão em negócios e projectos de alto impacto em todo o continente, impulsionando, dessa forma, o empreendedorismo.

Nesta primeira fase, e devido à necessidade de assegurar uma maior diversificação regional e geográfica, o financiamento será alocado a gestoras de activos das regiões Norte, Oriental, Ocidental e Austral do continente africano.

As candidatas devem ser residentes ou estarem dispostas a mudar-se para o continente africano, e terem experiência comprovada em gestão de fundos ou activos.

Serão sujeitas a um processo de diligência operacional e de investimento a ser concluído

até ao final do mês de Agosto, sendo que a primeira fase do fundo decorrerá no quarto trimestre do presente ano.

A segunda fase da iniciativa será anunciada posteriormente e os investimentos serão feitos em fundos privados de acções pertencentes ou administrados por mulheres. A terceira terá como alvo as gestoras de fundos pela primeira vez, através de um Programa de Capital de Investimento para Gestores Emergentes.

Embora o fundo seja destinado a todas as áreas, será dada prioridade a sectores de alto impacto, incluindo manufactura, serviços de saúde, energias renováveis e agricultura.

“O fundo é um dos instrumentos financeiros mais transformadores a serem implementados em todo o continente africano nos últimos anos e que visa reformular a

cadeia de tomada de decisão no financiamento de empresas pertencentes ou geridas por mulheres”, considerou Vera Songwe, secretária-geral adjunta da ONU e secretária executiva da UNECA.

Por seu turno, Sola David-Borha, administradora executiva para a região africana do Grupo Standard Bank, referiu que a iniciativa está alinhada ao objectivo de criação de um continente baseado na igualdade de género, defendido pelo banco.

“Esta iniciativa tem como objectivo impulsionar as comunidades a tomarem a dianteira na luta por um crescimento económico sustentável em todo o continente africano”, disse Sola David-Borha.

Em Moçambique, o Standard Bank tem implementado, através da sua Incubadora de Negócios, várias iniciativas viradas para o empode-

ramento da feminino, como é o caso do Lionesses Lean in Breakfast, que tem como objectivo a promoção da partilha de experiências e criação de redes de contacto entre as participantes, que são, na sua maioria, mulheres empreendedoras e empresárias já estabelecidas no mercado.

O evento, que já atingiu perto de mil mulheres, visa dar mais e maior visibilidade às empreendedoras moçambicanas, e, por via disso, alargar o seu acesso ao mercado e dar-lhes a oportunidade de criar redes de negócios no País, na região e, quiçá, no mundo.

Através das mulheres, o Standard Bank espera contribuir para o fomento de um crescimento inclusivo, com a criação de bases para um ecossistema empresarial robusto, que valoriza a inovação, o conteúdo local e a geração de postos de trabalho.

Para além do Lionesses Lean

in Breakfast, o banco aderiu ao movimento de solidariedade da ONU Mulher pela igualdade de género (He4She), que encoraja os homens a estarem ao lado das mulheres na busca pela igualdade de género.

Igualmente, o Grupo Standard Bank definiu como um dos seus objectivos o aumento da representação da mulher em cargos executivos para 40% até 2021 na África Austral e, até 2023, para todo o grupo, bem como incrementar a representação de mulheres no seu quadro de 22% (2018) para 33% até 2021.

Importa realçar que a Woman Leadership Fund Initiative foi estabelecida em resposta à Agenda 2063 da União Africana e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 8 das Nações Unidas, que visam a igualdade de género, trabalho decente e crescimento económico sustentável.

Ministério da Indústria e Comércio recebe máscaras de protecção da covid-19

No âmbito do combate contra à COVID-19, o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) recebeu, segunda-feira, 18 de Maio, em Maputo, um donativo, composto por 30 mil máscaras, 12 laptops (incluindo software) e 12 modems oferecidos por quatro empresas chinesas, integradas na Parceria para o Investimento e Crescimento de África (PIGA).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de um donativo que resulta da mobilização da República Popular da China às empresas envolvidas no programa PIGA que operam em quatro países africanos, nomeadamente a Zâmbia, Moçambique, Quênia e Etiópia e que é gerido pelo Centro Internacional do Comércio (ITC), para o apoio na luta contra a pandemia da COVID-19.

Ludovina Bernardo, vice-ministra da Indústria e Comércio, disse tratar-se de uma cerimónia que simboliza mais uma vez um sinal de amizade e compromisso que todos assumiram perante a luta contra a pandemia da COVID-19.

“Agradecemos aos parceiros do programa PIGA e do ITC, que se comprometem com o Governo da República de Moçambique em fazer um esforço acrescido, de modo a que tanto os que precisam do material de protecção



para lutar contra a pandemia da COVID-19, assim como a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), possam continuar a

mobilizar recursos junto de vários parceiros de cooperação nacional, através do equipamento informático que foi doado para que conti-

nuemos a trabalhar de forma redobrada”, referiu a vice-ministra Ludovina Bernardo.

Por sua vez, Horácio Morga-

do, coordenador nacional do projecto PIGA, assegurou que em Moçambique o apoio e a mobilização de recursos continuará em estreita colaboração com a APIEX e felicitou a liderança do Governo, que tudo tem feito para responder a este enorme desafio, de forma profissional, organizada e bastante efectiva.

“O programa PIGA reitera, deste modo, o seu compromisso no trabalho para a atracção de investimento em Moçambique e manifesta toda a disponibilidade para continuar a cooperar e apoiar o Governo de Moçambique durante este período”, garantiu Horácio Morgado.

Importa referir que o projecto PIGA apoia a atracção de investimentos nas áreas de agro-processamento e indústria ligeira, com foco para a China. Em Moçambique, o programa PIGA trabalha em estreita colaboração com a APIEX.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.